

EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM ESTUDO DA ESCOLARIDADE E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE MOSSORÓ.

Juvenise Tavares da Costa FREIRE.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN- IFRN/Campus Mossoró.
Rua 06 de Janeiro, 10, Santo Antônio, Mossoró/RN; juvenise.costa@ifrn.edu.br.

RESUMO

O presente estudo situa-se no campo temático educação e trabalho. Esfera esta que, contemporaneamente, agrega uma série de fenômenos e problemáticas centrais nas agendas de investigação e nas políticas públicas em geral. Questões como a educação de jovens e adultos, os rumos do desenvolvimento e a inclusão/mobilidade social vinculam-se diretamente a esse campo temático. Mais precisamente, este Artigo tem como objetivo analisar a realidade da formação profissional e suas necessidades na construção civil da cidade de Mossoró/RN. Para operacionalizar este objetivo, definiu-se como opção metodológica a pesquisa quanto-qualitativa, tendo-se um universo composto por empresários e trabalhadores, a partir do qual delimitou-se uma amostra de 28 sujeitos (13 proprietários e 15 funcionários), que responderam a um instrumento de coleta de dados com questões fechadas e abertas. Os resultados revelam, por exemplo, que: 1) o analfabetismo é uma característica da mão-de-obra no segmento da construção civil; 2) em algumas áreas, demanda-se mão-de-obra mais especializada; 3) não tem sido desenvolvida nenhuma ação sistemática visando enfrentar a questão do analfabetismo/da formação profissional no âmbito da construção civil. Conclusivamente, entre outros elementos, assinala-se que as necessidades educacionais em tal setor apresentam em dois níveis: o referente a formação básica, que corresponde à alfabetização; e a capacitação/formação profissional específica.

Palavras-chave: Formação profissional – construção civil – Mossoró.

1. INTRODUÇÃO

A educação é o processo responsável pelo desenvolvimento da pessoa humana e das civilizações. Para MORIN (2006, p.39), “ela deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral”.

A educação brasileira, em sua origem, é marcada por dois aspectos: destinava-se às elites aristocráticas e, por isso mesmo, seu conteúdo era essencialmente livresco/ilustrativo e dissociado do contexto em que se encontrava. A partir da década de 1930, é que se registra uma preocupação maior do Estado para com a educação. Mas é o crescimento da população e o desenvolvimento econômico que provocam uma demanda pelos serviços educacionais. As regiões onde as indústrias se instalaram, foram mais beneficiadas com recursos e ações políticas voltadas à organização do ensino, entretanto as outras regiões, notadamente as mais pobres do país, como o Nordeste, por não terem sido foco do desenvolvimento industrial ficaram à margem do processo de expansão do ensino, por isso registram os maiores índices de analfabetismo do país.

O objetivo deste estudo é analisar, à luz desse panorama histórico, a realidade da formação profissional e suas necessidades na construção civil da cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Sendo este setor econômico o responsável, historicamente, pela absorção de mão-de-obra não- escolarizada, acreditamos ser pertinente uma investigação neste sentido, principalmente quando temos no cenário mundial o clamor por um tipo educação que promova “uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, da sua capacidade de discernir e agir” (DELLORS, 2006, p. 18).

O presente artigo apresenta uma introdução, fundamentação teórica, proposta metodológica e considerações finais. No primeiro momento faz uma abordagem histórica da educação brasileira, buscando entender as causas da deficiência escolar verificada no presente. São apresentados dados estatísticos, na perspectiva de fundamentar as afirmações e reflexões acerca da problemática educacional brasileira. Num segundo momento são descritos a metodologia e apresentados e analisados os dados da pesquisa de campo, tendo em consideração – como mecanismos para explicação dos fatos - a retrospectiva histórica. Ao final discorre

sobre os resultados da investigação que permitem, por exemplo, conhecer o perfil escolar dos trabalhadores e apontam as áreas que reclamam mão-de-obra especializada. Finalmente colocamos em evidência algumas formulações prospectivas, que, não sendo normativas, assumem a condição de contribuição ao debate, conforme cabe num estudo acadêmico derivado de uma pesquisa.

2. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DA REALIDADE BRASILEIRA

No Brasil o percurso da educação tem sido bastante controverso, desde a chegada dos portugueses até os nossos dias. O modelo de educação desenvolvido pela atual política educacional é fruto de uma longa trajetória, que remonta há séculos. Ele encontra as suas raízes no Período Colonial, onde a educação tinha um caráter de catequização; possui resquícios da estrutura aristocrática do Período Imperial; tem elementos originários da Primeira República e das décadas 1930/1940; é tributário do autoritarismo da ditadura militar; e, a partir de uma perspectiva nova, é influenciado pelas lutas em prol da democracia.

A educação brasileira tem seu marco histórico no modelo implantado pelos jesuítas. O ensino foi idealizado para atender os colonizadores – a elite, e, portanto, seu conteúdo era de natureza aristocrática e possuía um conteúdo completamente alheio à vida na colônia. Quando da expulsão dos jesuítas em 1759, a estrutura administrativa do ensino se desintegrou, pois, embora esse sistema fosse questionável, em alguns aspectos, apresentava uniformidade de ações pedagógicas e critérios definidos de transmissão de níveis de ensino e graduação, que foram substituídos pela diversificação de disciplinas isoladas. A partir do século XIX, acelera-se a estratificação social e surge uma camada intermediária entre escravos e senhores, que solicitava educação como forma de ascensão social. A ausência de títulos de nobreza e sem a posse de grandes frações de terra, essa camada via na aquisição do “título de doutor” a possibilidade de acesso ao status social. Ainda no Período Colonial, mas já na fase correspondente à estadia da Corte no Brasil (1808-1822), foi um fato marcante a criação dos cursos superiores não-teológicos por D. João VI. O advento da Independência, em 1822, fez com que pessoas com melhor instrução tivessem participação na ocupação dos cargos político-administrativos. Esse fato fortaleceu a compreensão, entre os setores intermediários, de que a educação era uma via de aquisição de status social, exigindo do poder público a organização do sistema educacional. Com a instauração da República, em 1889, ocorreram as primeiras ações de organização do sistema de ensino, mas não na dimensão esperada conforme a institucionalização de uma lógica republicana. Ao contrário, os estados que detinham maior influência política e econômica conseguiam mais recursos para as suas estruturas de ensino, enquanto os estados mais pobres ficavam abandonados à própria sorte. A região Nordeste, desde então, figurava entre as regiões mais pobres da Nação. Dados da Estatística da Instrução, publicada em 1916, mostram que, entre os nove estados nordestinos, haviam 3.603 escolas primárias, enquanto que o Sudeste, com apenas quatro estados, possuía 4.942 escolas de ensino primário (Brasil, 1916).

Com a Revolução de 1930 processam-se significativas mudanças de ordem político-econômica no Brasil. Emergem a urbanização e o capitalismo industrial. O povo buscava libertar-se do analfabetismo e ter uma qualificação mínima para inserir-se na emergente sociedade industrial. Registram-se novas ações no sentido de estruturar o ensino. O marco é a institucionalização das Leis Orgânicas, dando ênfase ao ensino técnico-profissional, com a criação do SENAI e do SENAC. Posteriormente surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024, instituída em 1961. Após 35 anos e como fruto de intensa mobilização e de um grande debate depois da Constituição de 1988, tem-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394, de 1996 e vigente até os nossos dias.

2.1. Políticas educacionais, escolaridade básica e formação profissional: realidades e desafios.

A importância dada à educação básica na LDB reflete o amadurecimento da sociedade e sua “sintonia com as demandas educacionais mais contemporâneas e com as iniciativas mais recentes que os sistemas de ensino do mundo todo vêm articulando” (BRASIL, 1999, p. 19). Conforme a Lei, configura-se como educação básica os seguintes níveis de ensino: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, sendo este a etapa final de consolidação da educação básica.

O conceito de educação constante da nova LDB é renovador em sua essência. Pelos princípios que preconiza como bases da educação, demanda que todas as pessoas e segmentos envolvidos com a questão educacional repensem as suas práticas. A LDB, no seu artigo 4º, inciso I, estabelece que o dever do Estado para com a educação escolar será efetivado mediante a garantia de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive

para os que a ele não tiveram acesso em idade própria. A garantia do acesso à educação pública e gratuita, parece-nos ter sido, formalmente, uma das principais conquistas da Lei.

Observando dados do INEP sobre matrículas no ensino fundamental e dados populacionais do Brasil, constatamos que crianças e jovens estão matriculados por toda parte: 99,55%. Porém, quando concluem a sua formação, esta não reflete as finalidades pretendidas. São crianças que não dominam a leitura e a escrita, e que não têm noções básicas de matemática. De forma semelhante, jovens com o ensino médio completo apresentam dificuldade em trabalhar com o raciocínio lógico, bem como apresentam pouca facilidade de comunicação e expressão oral.

Em termos quantitativos, há conquistas consideráveis, porém, ao que tudo indica, a qualidade do ensino ainda não atingiu os patamares desejáveis. Ter em conta as perspectivas em torno da educação básica, é condição sine qua non para se tratar da formação profissional. Isto porque esta, para ser exitosa, requer, principalmente nos dias atuais, uma base sólida de conhecimentos. Ou seja, a relação entre as duas modalidades educacionais é indissociável.

A época em que ler e escrever era condição suficiente para obtenção de colocação profissional já não existe mais, o momento requer a formação de homens e mulheres habilitados a pensar e raciocinar criticamente. Há uma demanda crescente por atividades menos mecânicas e mais inteligentes, que exigem mais raciocínio rápido e lógico associado ao pensamento reflexivo. Este é o cenário que a educação profissional tem diante de si. E como reflexo dele, internacionalmente, o discurso dominante é que se deve “formar uma mão-de-obra (...), apta a lidar com a flexibilidade dos novos processos de trabalho e competente para se adaptar aos imprevistos do mercado” (LEITE, 2003, p. 170).

A educação profissional no Brasil tem, não poucas vezes, sido tratada sem a atenção devida. Esta modalidade educativa teve uma origem de caráter assistencialista, sendo direcionada a segmentos específicos da população, conforme as diferenciações sociais. Sabe-se que foi o desenvolvimento econômico e a mudança nas relações de produção que levaram o Estado a definir políticas mais efetivas nessa área. Destaca-se, dentro desse esforço, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no início do século XIX e, posteriormente, o SENAI e o SENAC. As primeiras deram origem às escolas técnicas federais e os outros órgãos se consolidaram como instâncias de formação profissional especializadas. O caráter dualista da educação – ensino secundário para as elites condutoras do país e ensino profissional para os filhos dos trabalhadores - parece ter contribuído para a disseminação de estigmas em volta da educação profissional.

Comparando os dados da população, em idade de inserção no mercado de trabalho (20 a 24 anos de idade), com o número de matrículas disponíveis na educação profissional (tabela 01), observamos a defasagem entre oferta e demanda.

Tabela 01

Matrículas na Educação Profissional, por Dependência Administrativa, em 30/03/2005

Região	Matrículas na Educação Profissional				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	707.263	83.762	188.042	23.545	411.914
Norte	19.972	5.191	5.133	269	9.379
Nordeste	69.109	29.266	7.926	1.641	30.276
Sudeste	437.242	29.030	109.300	19.449	279.463
Sul	153.289	14.599	59.725	1.901	77.064
Centro-Oeste	27.651	6.676	5.958	285	15.732

Fonte: INEP (2004)

Mesmo admitindo-se que, neste quantitativo, existem pessoas com qualificação, é patente a desproporção entre a mão-de-obra em situação de busca por emprego (16.142.935 habitantes) e a educação profissional.

Em suma, contemporaneamente, no Brasil, a relação educação e trabalho está colocada perante grandes desafios. Seja porque as transformações tecnológicas requerem novos perfis e procedimentos, seja porque a educação profissional não atende suficientemente às demandas, seja porque a educação básica é insuficiente,

seja porque, ainda, não temos um conhecimento mais concreto das reais necessidades de qualificação, dado que, não sendo o Brasil um país central no sistema capitalista mundial, a sua estrutura ocupacional não tem as mesmas características verificadas nos países que aí se encontram.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

O presente artigo, através de dados colhidos a partir de pesquisa de campo, busca analisar o contexto da formação profissional no setor produtivo da construção civil, que cresce em ritmo acelerado, com base nas informações sobre a história da educação brasileira identificando os principais motivos geradores da realidade encontrada. A importância deste estudo justifica-se pelo fato do setor em análise apresentar-se com métodos de trabalho ainda rudimentares e, certamente, por esse fator, considerar prescindível a escolarização e a formação profissional de seus trabalhadores.

As reflexões realizadas anteriormente, acerca da realidade da educação básica e da educação profissional no Brasil, demonstram que as deficiências deixadas ao longo dos anos são inegáveis, ao mesmo tempo em que são responsáveis, mesmo que indiretamente, pelo grande contingente de pessoas com formação escolar insuficiente para prosseguirem os estudos ou para se inserirem no mercado de trabalho. A indústria da construção civil configura-se dentro desse cenário como uma das poucas alternativas de empregabilidade para o indivíduo em tal condição, pois uma de suas características principais é a absorção de mão-de-obra sem qualificação e, mesmo, sem escolarização. Dados oficiais, informam que, quase 94% das empresas de construção civil no país, empregam até 29 trabalhadores, e dessas, cerca de 73% estão nos segmentos de edificações e obras de engenharia civil, sendo presente a intensidade do uso da força humana na execução dos serviços, em detrimento das máquinas e equipamentos, além do uso reduzido de inovações tecnológicas.

O desenvolvimento tecnológico do último século vem introduzindo métodos, recursos e equipamentos inovadores em todo o setor produtivo, exigindo do trabalhador a informação e o conhecimento necessários para lidar com eles. Mas, e com a construção civil, isto também acontece? Ou este setor produtivo fica à margem do processo? Os dados encontrados podem nos levar a respostas.

4. METODOLOGIA, RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Para a consecução do seu objetivo, metodologicamente, o trabalho apóia-se na pesquisa de tipo quanto-qualitativa, sendo o seu universo integrado por empresários e trabalhadores. A amostra de sujeitos pesquisados foi de 28, composta por 13 proprietários de empresas e 15 empregados das mesmas, que responderam a um instrumento de coleta com questões fechadas e abertas. Todas as empresas têm sede na cidade de Mossoró, atuando no subsector de edificações, e podem ser classificadas como micro e pequenas empresas, empregando até 49 funcionários¹. Foram selecionados para a pesquisa apenas trabalhadores dos canteiros de obras. O público de trabalhadores é majoritariamente masculino, a maioria é oriunda do meio rural e apresentam um alto índice de analfabetismo. Os trabalhadores foram entrevistados em 03 (três) canteiros de obra de empresas diferentes. A composição ocupacional dos trabalhadores esteve assim distribuída: 03 (três) mestres-de-obra, 06 (seis) pedreiros e 06 (seis) serventes.

Os resultados colhidos, a partir da aplicação dos questionários juntos aos trabalhadores, fornecem informações que permitem identificar um perfil de escolarização e profissionalização, de forma geral, nos canteiros de obra de Mossoró. As respostas fornecidas pelos empresários permitem observar a expectativa dos mesmos em relação à profissionalização dos seus trabalhadores.

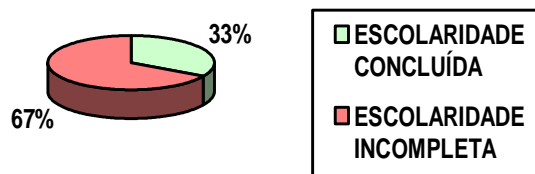
Numa caracterização geral da amostra dos trabalhadores, temos um público majoritariamente masculino cuja idade varia entre 23 a 58 anos. Os serventes são encontrados entre os mais jovens. Os pedreiros se concentram na faixa etária dos 30 aos 40 anos. Consideramos pertinente averiguar qual a relação de valor que esses trabalhadores estabelecem com a escolarização e, ao mesmo tempo, qual o entendimento deles sobre a importância do conhecimento (formação do homem) no mundo atual, principalmente no mercado de trabalho. Todos os entrevistados, ou seja, 100% responderam que compreendem e consideram a escolarização como elemento de extrema importância na sociedade atual, e reconhecem que ela é indispensável para o acesso a um emprego melhor².

¹ - Informação baseada nos dados da RAIS 2005.

² Emprego melhor, para este público, representa emprego com maior remuneração.

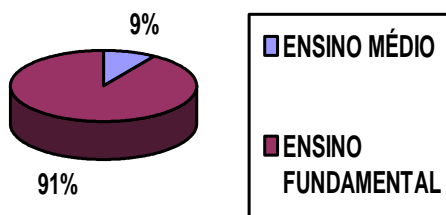
Apesar de atestarmos essa consciência e clareza quanto à necessidade da escolarização, o perfil escolar deste público apresenta-se de acordo com o que demonstram os gráficos e dados a seguir.

GRÁFICO 1: PERFIL ESCOLAR DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL



A informação de 33% de escolaridade concluída se refere aos primeiros anos do ensino fundamental. A escolaridade incompleta também se refere ao ensino fundamental, conforme mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 2: ESCOLARIDADE INCONCLUSA: DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEIS



Em relação aos que não concluíram nenhuma escolarização, constatamos que a maioria dos trabalhadores interrompeu-a ainda na etapa inicial da formação básica, e isto explica o fato de que, apesar de 100% terem ingressado na escola e cursado alguma série escolar, eles se declaram com dificuldade de ler e escrever, nos permitindo afirmar que, conceitualmente, pelo menos 50% destes trabalhadores são analfabetos funcionais³.

Ao serem questionados sobre o por quê de não finalizarem sua instrução, a causa que predominou foi a necessidade do trabalho em idade precoce, acompanhada da falta de incentivo dos pais, não compreenderem a importância da instrução e as dificuldades de acesso às escolas, principalmente no interior do Nordeste.

Com o referido perfil de escolarização, é compreensível que esses trabalhadores não possuam formação profissional. Segundo suas declarações relativamente a cursos profissionalizantes ou de capacitação, 33,5% já participaram de alguma forma de capacitação, porém depois de estarem trabalhando na área. Todos declararam que nunca lhes foi exigido qualquer tipo de escolarização para ingresso no setor da construção civil mas, nunca deixaram de se empregar. Os pedreiros e os mestres-de-obra, que na sua maioria ingressaram na construção civil como serventes, aprenderam o ofício na prática, no próprio canteiro de obra, trabalhando e observando o trabalho de colegas e parentes, recebendo destes a instrução necessária para o exercício profissional. Observando que o trabalhador tem potencial para tal atividade, e que a executa com certa destreza, o mestre, ou engenheiro, encaminha a informação ao setor de recursos humanos, autorizando o registro da função na carteira de trabalho. A partir daí estão “classificados⁴” e, portanto, profissionais.

As informações colhidas nas empresas, mediante a aplicação de questionários junto aos seus proprietários, na maioria engenheiros civis e responsáveis técnicos⁵, possibilitam-nos a percepção das expectativas do empresariado em relação à formação de trabalhadores. Do grupo entrevistado, 85% são graduados em Engenharia Civil e 15% em Economia. As empresas que compõem a amostra desta pesquisa são construtoras que atuam no ramo da construção predial e são originalmente mossoroenses. 70% delas trabalham com incorporação imobiliária⁶ e 100% realizam, ou já realizaram, obras públicas. Todas têm seu campo de atuação em Mossoró e região. Foram contempladas construtoras classificadas como micro, pequenas e

³ Analfabeto funcional é o indivíduo que, apesar de ser detentor de alguma escolaridade, tem dificuldade, por exemplo, de escrever e interpretar o que lê (INFANTE, 2000).

⁴ Classificados são os trabalhadores que possuem, na CTPS, contratação na respectiva função em que se definem.

⁵ Responsável técnico é o profissional registrado no Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia – CREA, que assume toda a responsabilidade técnica pela execução dos serviços de engenharia de uma empresa.

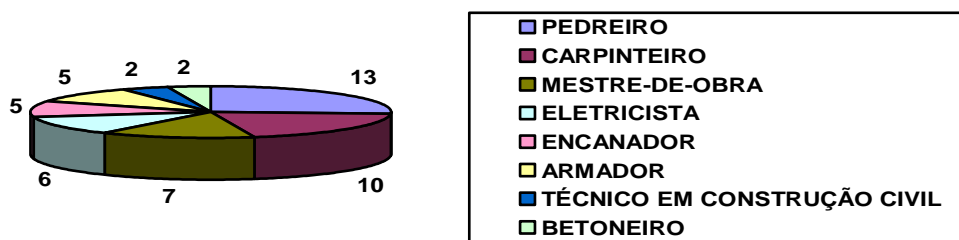
⁶ Incorporação imobiliária consiste na construção de imóveis residenciais com recursos privados.

médias empresas, que empregam até 49 trabalhadores, obedecendo a classificação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, que toma como base os referenciais da RAIS 2005.

Para 100% desse segmento, o nível de escolaridade dos trabalhadores é insuficiente para o exercício da função e, dependendo da natureza dos serviços, pode comprometer sua execução; além de ser um fator limitante para a absorção de novos conhecimentos e, conseqüentemente, novas atribuições.

A fim de visualizarmos os profissionais mais requisitados, atualmente, pela construção civil em Mossoró, solicitamos que os empresários selecionassem, entre os que relacionamos, os mais contratados. Os resultados estão demonstrados no gráfico abaixo.

GRÁFICO 3: PROFISSIONAIS MAIS PROCURADOS



Os números que aparecem no gráfico representam a quantidade de empresas que selecionaram o referido cargo. Observamos que 100% dos empresários declararam que o pedreiro é o profissional mais requisitado seguido do carpinteiro, o mestre-de-obra, eletricista, encanador e armador. Todos esses profissionais demandam formação ou conhecimento específico na área.

Os empresários declaram que a conseqüência direta da ausência de formação profissional dos trabalhadores repercute no dia-a-dia dos canteiros de obras, pois 70% deles responderam que sempre acontece de não utilizarem alguns recursos tecnológicos ou método de trabalho diferenciado por não haver profissional capacitado para tal. Apesar disto apenas 23% admitem que se preocupam com a capacitação dos trabalhadores do canteiro de obra. Há os que assumem não realizar nenhuma iniciativa neste sentido e os que realizam apenas esporadicamente, somando 77%.

Ao final da coleta dos dados, verificamos que, apesar de não exigirem a escolarização dos trabalhadores que são contratados nos canteiros de obra, as empresas definem um perfil profissional “esperado” para esse público. Reunindo as falas dos empresários, resumimos este perfil como sendo: escolaridade mínima que proporcione condições ao indivíduo de absorver novos conhecimentos e informações através de cursos profissionalizantes ou de capacitação; entendimento da cadeia produtiva da construção civil, compreendendo sua importância para o desenvolvimento do país e o reconhecimento da empresa como uma parceira, melhorando, assim, o seu compromisso com a profissão.

As informações colhidas, com a aplicação dos questionários, abrem espaço para reflexões a respeito do perfil profissional esperado pelas empresas e o perfil real dos trabalhadores nos canteiros de obra. Ao confrontarmos os dados, percebemos que há pontos de convergência e de discordância entre as partes.

A concepção de formação profissional dos empresários demonstra que eles, em tese, definem um perfil. Entretanto, trata-se de um perfil muito distante do que averiguamos na pesquisa, pois as empresas almejam que os trabalhadores possuam uma escolaridade mínima, que lhes permita o acesso e a assimilação de novos aprendizados, mas lhes faltam condições educacionais essenciais para tanto: ler e escrever com fluência. Estamos, assim, diante de uma situação de divergência clara entre o que o mercado de trabalho espera e o que efetivamente ocorre. Para que ocorra formação profissional/profissionalização, é necessário transpor o obstáculo do analfabetismo. E este é um problema brasileiro que, como nos diz HADDAD et al (2000, p.31):

(...) não é (...) apenas um problema residual herdado do passado (suscetível de tratamento emergencial ou passível de superação mediante a simples sucessão geracional), e sim uma questão complexa do presente, que exige políticas públicas consistentes, duradouras e articuladas a outras estratégias de desenvolvimento econômico, social e cultural.

A expansão do ensino, como vimos no capítulo anterior, ocorrida no Brasil a partir da segunda metade do século XX, não foi suficiente para superar o analfabetismo, conquanto tenha promovido uma redução das taxas por região do país. O grande percentual de analfabetos funcionais é decorrente, entre outros fatores, do fenômeno do abandono escolar. A dificuldade de permanência na escola, durante o período da infância e da adolescência, está entre os fatores causadores do analfabetismo, segundo HADDAD et al (2000). Essa dificuldade, de acordo com as informações dos entrevistados, é motivada pela necessidade de, ainda na idade escolar, precisarem trabalhar para garantir a sobrevivência familiar. Como a maioria deles é oriunda do meio rural, a agricultura é o caminho natural a ser percorrido por crianças e jovens. Sendo essa agricultura de subsistência, não fornece as condições necessárias à manutenção do lar. Ao atingirem a idade, ou porte físico, em que possam desenvolver outra atividade remunerada, as famílias encaminham seus filhos ao trabalho, seja ele qual for, a fim de ajudarem a sustentar a casa. Talvez isso justifique o fato de 40% deles terem buscado a cidade de São Paulo como alternativa de vida e, não encontrando sucesso neste empreendimento, retornarem ao Nordeste e hoje estarem na construção civil.

As necessidades principais de qualificação profissional na construção civil podem ser divididas em duas vertentes. A primeira seria a formação voltada para a superação do analfabetismo, por ser condição primária para outros aprendizados. A segunda vertente, diz respeito à educação profissional, possibilitando uma melhor intervenção e adaptação ao mundo do trabalho. A realidade da construção civil nos leva a crer que este importante setor da economia caminha à margem desse processo. Estamos em plena era da tecnologia, na sociedade do conhecimento. Todavia, para os trabalhadores desse setor, o conhecimento se limita a ler e escrever. Seus anseios não vão muito além dessa expectativa. Mas, como nos diz Paulo Freire, o ato de ler não é suficiente, é imperioso a leitura e a compreensão do mundo que nos cerca (Freire, 1978).

As informações sobre a história de educação brasileira expostas no capítulo anterior, ajudam-nos a compreender porque ainda temos uma sociedade de pessoas com tão pouca instrução e com exíguas possibilidades de desenvolvimento educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações levantadas e analisadas nesta pesquisa nos permitem concluir que o setor da construção civil em Mossoró não foge à regra nacional, em níveis de escolarização e profissionalização. Segundo os dados da RAIS 2005 – MTE, 48,8% dos trabalhadores da construção civil do Brasil não concluíram o ensino fundamental. A dimensão desse percentual se reproduz neste estudo.

Aspecto importante a pontuar é a herança histórica da educação que, desde sua origem, estabeleceu a dualidade: educação das elites e educação dos pobres. Responsável por 7% do PIB brasileiro e pela maior geração líquida de empregos formais desde 2004⁷, a construção civil constitui-se na “grande mãe empregadora” de pobres e analfabetos, postos à margem da sociedade.

A pesquisa demonstrou a extensão da chaga social decorrente de fatores econômicos e de uma educação insuficiente. Antes mesmo da ausência de capacitação específica/profissionalização, os trabalhadores apresentam pouca ou nenhuma formação básica, o que nos leva a descrever as necessidades de formação profissional em duas etapas: a primeira, diz respeito à escolarização básica correspondente a alfabetização; a segunda contempla a formação capacitação/profissional através de cursos direcionados às áreas identificadas como sendo de maior escassez de mão-de-obra. Ao que nos parece, precisamos, prioritariamente, superar a primeira para chegarmos à segunda. Mas, ao que tudo indica, esta não será uma tarefa fácil, pois pudemos perceber que, tanto as empresas se conformam com a mão-de-obra não- escolarizada, como os trabalhadores, dada a sua condição social, se “acomodam” na situação em que se encontram. As empresas, por considerarem que a reparação da educação laboral cabe ao Estado; e os trabalhadores, por não sentirem a necessidade de estudar, pois mesmo sem instrução conseguem emprego na construção civil.

No entanto, mesmo diante desta constatação, acreditamos que algumas ações podem ser realizadas, em conjunto com as empresas, os trabalhadores, o Estado e a sociedade civil, com o intuito de suprimos as necessidades das quais estamos tratando. Um passo inicial seria a sensibilização dos trabalhadores para a importância e a necessidade de voltarem a estudar – formação básica. O retorno aos estudos não seria na escola convencional, mas em salas de aula implantadas nos próprios canteiros de obras, através de um

⁷ A participação da Construção Civil no PIB do Rio Grande do Norte foi de 12,7% em 2001.

programa específico. Integrado a esse processo, desenvolver-se-iam cursos de capacitação profissional direcionados às necessidades existentes. Como estímulo, as empresas poderiam receber incentivos fiscais para implantarem o programa, enquanto os trabalhadores teriam acesso a uma bolsa de estudos para dele participarem. Tais ações poderiam envolver instituições patronais e dos trabalhadores, como os sindicatos, além de empresas integrantes do Sistema S8, universidades, Cefet's, secretarias de educação municipais e/ou estaduais e outras instituições governamentais e não-governamentais cujas atividades sejam vinculadas à educação. O alcance social e humano de uma ação educativa se faz sentir no trabalho, na postura, na auto-estima dos trabalhadores e em sua relação com a profissão e a empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Parecer nº 16/99. Brasília, set. 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/>

BRASIL. **Estatística da Instrução**: Estatística Escolar. Vol. 1. Typographia da Estatística: 1916. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em <02/04/2007>.

DELLORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HADDAD, SÉRGIO and DI PIERRO, MARIA CLARA. **Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos**. *São Paulo Perspec.*, Mar 2000, vol.14, no.1, p.29-40. ISSN 0102-8839.

INEP. **Censo Escolar – Sinopse Estatística da Educação Básica – 2004**. Disponível em: <www.inep.gov.br/download/estatisticas/sinopse_estatistica_2004/>. Acesso em <12/04/2007>.

INFANTE, Maria Isabel (Org.). **Alfabetismo Funcional em Siete Países de América Latina**. Santiago do Chile: OREALC/UNESCO, 2000.

LEITE, Ivonaldo. **Sindicatos, Trabalho e Educação**: Um Estudo do Posicionamento do Sindicalismo Docente Brasileiro e Português durante a década de 1990. Tese de Doutorado. Universidade de Porto. Porto, Portugal: 2003.

MORIN, Edgar. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

⁸ SENAC, SESC, SENAR, SENAT, SEST, SEBRAE.